

EDUCAÇÃO ESPECIAL E RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: DIFICULDADES IDENTIFICADAS EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS - MG

Vinícius Lopes Vilas Boas ¹
Melina Mara de Souza ²

INTRODUÇÃO

A Residência Pedagógica, programa fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tem como objetivo o fortalecimento da formação inicial dos estudantes de licenciatura, introduzindo-os nas escolas de educação básica para que aprofundem suas práticas de ensino-aprendizagem e saibam utilizar as mais variadas metodologias, reforçando o seu arcabouço teórico e prático ainda durante os anos de formação acadêmica (Ministério da Educação, 2018).

É por meio das atividades obrigatórias a serem cumpridas durante o programa que os bolsistas entram em contato com a realidade escolar e suas eventuais dificuldades, descobrindo, como consequência, os pontos fortes e fracos de suas práticas docentes.

As atividades relatadas neste trabalho foram realizadas na Escola Estadual Professor Arlindo Pereira, em Poços de Caldas (MG), durante a participação como bolsista da Residência Pedagógica. Portanto, o presente trabalho possui como finalidade abordar as principais dificuldades encontradas no ensino de alunos com necessidades especiais, levando em consideração que foi nesta escola que se deu o primeiro contato com tal realidade enquanto futuro docente de Geografia.

METODOLOGIA

O presente trabalho se trata de um relato de experiência e busca apresentar algumas reflexões sobre a Educação Especial no Brasil, em especial as dificuldades enfrentadas por seu público-alvo. Para melhor compreensão do assunto foi realizado um

¹ Graduado do Curso de Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, IFSULDEMINAS, *Campus* Poços de Caldas, viniciuslopesvb2000@hotmail.com;

² Doutora em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, melina.souza@ifsuldeminas.edu.br;

levantamento bibliográfico e breve análise acerca dos temas “Educação Especial” e “Atendimento Educacional Especializado”, utilizando-se da legislação vigente no Brasil e do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

REFERENCIAL TEÓRICO

Abordar a evolução das políticas voltadas para a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Brasil exige um estudo muito complexo. Desse modo, neste trabalho optou-se por uma abordagem sucinta, iniciada com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996.

Em seu capítulo V, a LDB de 1996 entende que a Educação Especial é uma “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 1996). Para isso, a LDB reforça que deve haver, quando necessário, serviços de apoio especializado, juntamente com a primeira menção à formação de professores capacitados para atender as demandas do aluno com necessidades especiais, por meio de currículos, métodos, técnicas e recursos específicos.

Contudo, no mesmo documento é possível também constatar que o atendimento educacional deve ser “feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular” (Brasil, 1996). Em outras palavras, a LDB afirma a necessidade de se ofertar a Educação Especial, quando preciso, porém, a mesma se daria em escolas especializadas, não havendo a promoção da inclusão.

Esse discurso começa a se alterar a partir dos anos 2000, quando, por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 2001, tem-se a instituição das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001). Em contraponto ao dito inicialmente pela LDB, essas diretrizes afirmam que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, “cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais”.

A promoção de uma educação inclusiva começa, pois, a ganhar força, e é em 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que começam a ser pensados o AEE e as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM):

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (Brasil, 2008, grifo nosso)

Nota-se que a Educação Especial passa a ser assegurada no ensino regular e não separadamente, reforçando o ideal de inclusão presente já nas Diretrizes de 2001. Com relação ao AEE, temos que ele:

Identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vista à autonomia e independência na escola e fora dela. (Brasil, 2008, grifo nosso)

O AEE, portanto, não substitui a escolarização do aluno, sendo um recurso complementar especializado para a sua educação. As SRM, por sua vez, foram implementadas por meio do Decreto nº 7.611, de 2011, sendo entendidas como “ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado” (Brasil, 2011).

Assim, entende-se que o AEE e as SEM andam concomitantemente no sentido de promover a inclusão e a integração de alunos da Educação Especial junto ao ensino regular, permitindo-lhes acesso a uma educação de qualidade e adaptada as suas necessidades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como dito, o presente relato focaliza as atividades realizadas na Escola Estadual Professor Arlindo Pereira, que se deram durante o Módulo II da Residência Pedagógica, entre os meses de abril e setembro de 2023, com turmas do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio. Realizadas em maio, as atividades de observação proporcionaram o reconhecimento do ambiente escolar em questão e da sua realidade, compreendendo o seu funcionamento e os recursos disponíveis para os professores, alunos e demais funcionários da instituição.

Entre as turmas observadas, destacou-se a presença de uma aluna com necessidade especial em um dos 2º anos, cuja identidade é aqui preservada, tendo sido diagnosticada

com paralisia cerebral, necessitando de uma cadeira de rodas para se locomover pelo ambiente escolar e de uma professora de apoio.

A partir do conhecimento da sua presença, voltamos um olhar minucioso para a estrutura da escola, os seus recursos, as práticas pedagógicas adotadas e a relação da aluna com sua professora de apoio, com os professores regentes de aula e com os demais alunos, além, claro, de voltar uma maior atenção para o planejamento de atividades de regência que promovessem a sua inclusão. Também foi realizada a leitura do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, a fim de se compreender como o AEE é visado pela Polivalente e como ele é na prática.

Em seu PPP, o AEE é abordado de acordo como o previsto pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, enfatizando que “o serviço deve ser realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular” (Escola Estadual Professor Arlindo Pereira, 2019). Entretanto, como dito no documento e posteriormente averiguado durante as observações, a Polivalente não conta com uma SRM, além de enfrentar muitas dificuldades no tocante às práticas pedagógicas adotadas pelos professores, devido ao fato de se sentirem despreparados, gerando certo atrito entre professores regentes de aulas e professores de apoio, como exposto abaixo:

A escola ainda enfrenta a resistência de alguns professores em fazer adequações de suas aulas em função do aluno de educação especial. Muitos acham que o fato de o aluno ter um professor de apoio ou um intérprete de LIBRAS, ele [o professor] não tem responsabilidade sobre a aprendizagem dele [o aluno] e sim quem acompanha o aluno. Nas reuniões pedagógicas, a especialista sempre deixa claro que o responsável pelo aprendizado do aluno é o regente de aulas e não o professor de apoio ou o intérprete, eles fazem apenas a adequação do material, facilitam o entendimento, interpretam. (Escola..., 2019, p. 42)

Foi apenas por meio de conversas com a professora de apoio que foi possível obter informações referentes às limitações da aluna em questão, assim como as suas capacidades e habilidades já desenvolvidas. A professora se mostrou disposta a fornecer tais informações e agradeceu pela preocupação e atenção voltadas para a aluna.

Assim, as regências nessa turma em específico foram elaboradas de forma a não a excluírem. Por ter maior interesse e aprender melhor com a ajuda de elementos visuais, como desenhos e vídeos, a regência foi pensada na forma de um debate acerca de um documentário intitulado “Caminhos da Reportagem | Yanomami - o direito de existir”, do canal TV Brasil, levando em consideração que o professor estava abordando a questão

indígena no país em aulas anteriores. Foi percebido que a aluna manteve certa atenção ao documentário e aos comentários e debates que foram surgindo com o seu decorrer.

Com relação às interações mantidas pela aluna, cabe ressaltar que durante as observações realizadas, uma das maiores interações se deu por parte de seus colegas de turma, que brincam e mantêm conversas relativamente breves. Já as interações com o professor foram praticamente nulas, com pouca adaptação e/ou flexibilização do conteúdo. Portanto, como exposto pelo PPP, a adaptação dos recursos e materiais didáticos se deu exclusivamente pela professora de apoio, sendo com ela a maior interação mantida pela aluna dentro do ambiente escolar.

Por fim, sobre a estrutura física da escola, cabe ressaltar que ela apresenta, de modo geral, uma boa adaptação para a aluna, levando em consideração que a sua locomoção se dá exclusivamente por cadeira de rodas e com o auxílio da professora de apoio. Contudo, o acesso a todos os ambientes não é possível, já que as rampas de acessibilidade não contemplam a escola como um todo. Ressalta-se, além disso, que determinados trechos da pavimentação da escola se encontram danificados, exigindo maior cuidado durante o transporte da aluna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da evolução das legislações acerca da Educação Especial e do AEE no Brasil, a realidade no interior das escolas apresenta um conjunto de barreiras que dificultam o cumprimento satisfatório do que se prevê especialmente nas políticas de inclusão instituídas a partir dos anos 2000.

Desde a inexistência dos professores, resultado de uma possível carência de informações em suas formações acadêmicas, até à estrutura física e aos recursos pedagógicos disponibilizados (ou não) pelas escolas, o que se presencia é uma exclusão parcial ou total de alunos da Educação Especial do ambiente e cotidiano escolares. Conclui-se, portanto, que apenas a existência de uma legislação não garante o seu pleno cumprimento na prática.

A Residência Pedagógica, nesse sentido, possibilitou o primeiro contato com alunos com necessidades especiais dentro da sala de aula, conhecendo a sua realidade e as dificuldades enfrentadas por todos os agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e aquelas enfrentadas pelo próprio estudante.

Desse modo, ressalta-se a importância dos programas de incentivo à docência para a formação inicial dos futuros professores por meio da realização de atividades que promovem a real experiência de estar em uma sala de aula, seja durante o planejamento e o preparo dos conteúdos e materiais didáticos, seja durante a aplicação das atividades, permitindo o autoconhecimento dos pontos fortes e fracos de suas práticas docentes e dos procedimentos metodológicos e pedagógicos utilizados. É por meio desse autoconhecimento que a prática docente pode ser aperfeiçoada, visando a plena construção do conhecimento e a melhoria da educação brasileira.

Palavras-chave: Residência Pedagógica; Relato de Experiência; Atendimento Educacional Especializado; Educação Especial.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela concessão de bolsa vinculada ao Programa da Residência Pedagógica..

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

_____. MEC. **Lei nº 9.394/96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. MEC. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

Escola Estadual Professor Arlindo Pereira. **Projeto Político Pedagógico - PPP**. Poços de Caldas, Minas Gerais, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Programa de Residência Pedagógica**. Capes. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: 05 fev 2024.